

MAURÍCIO MARINS MACHADO

Condições Socioeconômicas do Assentamento  
Fazenda Gericó

Salvador - Bahia  
2000

MAURÍCIO MARINS MACHADO

Condições Socioeconômicas do Assentamento  
Fazenda Gericó

Monografia apresentada no curso de  
graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como  
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto

Salvador - Bahia  
2000

MAURÍCIO MARINS MACHADO

## Condições Socioeconômicas do Assentamento Fazenda Gericó

Banca examinadora: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Bouzid Izerrougene

\_\_\_\_\_  
Prof. Mr. Luís Alberto Petitinga

## *Agradecimentos*

A meus pais e meu irmão, agradeço, não só pela conclusão deste trabalho, mas por tudo mais na vida.

A Meire Jane pertence outra grande parte destes agradecimentos e de minha estima.

Agradeço também a André e sua família, que sempre me receberam bem em Santo Amaro e contribuíram bastante para esta monografia.

Não poderia esquecer das pessoas do Assentamento Fazenda Gericó, como Gildásio, Rosa, Janinha, Anísio, Noêmia, Dona Nininha, todas elas solícitas e importantes colaboradoras da pesquisa.

A todos os professores da FCE/UFBa, sou muito grato pela minha formação profissional e pelos resultados que advêm da mesma. Particularmente aos professores Bouzid Izerrougene e Luís A. Petitinga, agradeço pelas críticas feitas a esta monografia.

Por fim, reservo ao professor Vitor de A. Couto, um agradecimento especial pela orientação deste trabalho, extremamente relevante em minha vivência como estudante e cidadão.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1	DO OBJETO .....	1
1.2	DO OBJETIVO .....	1
1.3	DO MÉTODO .....	2
<b>2</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS</b> .....	3
2.1	ARQUÉTIPO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	19
<b>3</b>	<b>O DETERMINANTE FÍSICO</b> .....	24
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA GEOGRAFIA.....	24
3.2	O PROBLEMA AMBIENTAL.....	25
<b>4</b>	<b>O DETERMINANTE HISTÓRICO</b> .....	29
4.1	HISTÓRIA DOS ASSENTADOS .....	29
4.2	AS ROÇAS E A SUBSISTÊNCIA NO BRASIL .....	33
4.3	A ECONOMIA DO RECÔNCAVO.....	35
4.4	OS SISTEMAS PRODUTIVOS E A ORIGEM DA ATIVIDADE DE SUBSISTÊNCIA.....	37
<b>5</b>	<b>O DETERMINANTE POLÍTICO-ECONÔMICO</b> .....	40
5.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E O SETOR AGRÍCOLA.....	40
5.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SISTEMAS PRODUTIVOS .....	43
5.3	O ENTORNO ECONÔMICO.....	45
5.4	O ENTORNO ECONÔMICO E OS SISTEMAS PRODUTIVOS.....	46
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	48
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	51
	<b>ANEXO</b> .....	54

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 DO OBJETO

O Recôncavo Baiano, especificamente o município de Santo Amaro da Purificação, situa o objeto de estudo do presente trabalho: Assentamento Fazenda Gericó. Com um total de cinquenta e três famílias, dispõe de um terreno com 145 hectares. Caracteriza-se como uma área de assentamento espontâneo por não ter se originado de qualquer política do Estado, mas da iniciativa e da luta dos próprios posseiros (Aziz, 1995, p. 37).

Até o início da década de setenta, as terras ocupadas pelo assentamento comportavam plantações de cana-de-açúcar e criação de gado bovino. Todavia, em meados do referido decênio, a Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac) adquire estas terras e extingue o estabelecimento canavieiro-pecuário. Nem tudo foi extinto, entretanto. As famílias que trabalhavam nesse estabelecimento e seus pequenos cultivos, permaneceram na propriedade daquela empresa até fins dos anos oitenta.

Em 1989 começa o litígio entre as famílias e a INPASA (Indústria de Papel Santo Amaro S/A), que havia arrendado as terras da Cobrac. Dois anos se passaram e a INPASA, pautada numa decisão judicial, expulsou os antigos moradores da localidade. Um ano depois, com o apoio do SINDICELPA (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose) e da AATR (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais), os posseiros conseguiram uma intervenção da Justiça a seu favor e retornaram à área, onde permanecem até hoje, embora sem o parecer final dos Tribunais sobre sua situação (Aziz, 1995, p.39, 40).

## 1.2 DO OBJETIVO

Este trabalho estuda as condições socioeconômicas vigentes na comunidade referida. Para tanto, o primeiro passo consiste na aferição de tais condições. O segundo, por sua vez, oferece uma explicação para os dados aferidos. Enfim, objetiva-se responder a duas questões, a saber:

*i) quais as condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Fazenda Gericó ?; ii) quais os determinantes dessas condições ?*

### 1.3 DO MÉTODO

O método a nortear a investigação das questões há pouco explicitadas, é a análise-diagnóstico de sistemas agrários<sup>1</sup>. No caso da primeira questão exposta acima, sua aferição poderia realizar-se de inúmeras formas, utilizando um vasto número de indicadores, como: nível de renda, de educação, de consumo, etc. Obedecendo ao referido método, contudo, as condições socioeconômicas foram apuradas a partir do levantamento das características dos sistemas de produção que formam o assentamento. Em outras palavras, levantaram-se informações acerca dos recursos físicos, financeiros e humanos disponíveis às estruturas produtivas familiares do local pesquisado. Isto foi empreendido mediante aplicação de questionários entre dezenove das cinquenta e três famílias assentadas.

Para elucidar os determinantes das mencionadas condições, planejam-se três diretrizes que constam da metodologia já apresentada. A primeira, o zoneamento agroecológico, revela as dificuldades ou facilidades oferecidas pelo ambiente. Este zoneamento pautou-se nas características da Unidade Geoambiental (Recôncavo Sul) onde se encontra o assentamento pesquisado.

Quanto à segunda, sua função é explicar a problemática das famílias a partir de sua história e a do Recôncavo, a região onde se encontram; para este fim, realizaram-se quatro entrevistas qualitativas com as pessoas mais antigas no local. Finalmente, a terceira diretriz busca explicações num contexto mais amplo, que engloba a dinâmica econômica da mencionada região e as políticas públicas vigentes na área agrícola.

---

<sup>1</sup> Sinteticamente, a análise-diagnóstico de sistemas agrários visa compreender uma realidade agrícola a partir: i) das condições ambientais vigentes; ii) dos fatos que compõem sua história; iii) do entorno socioeconômico na qual se insere; iv) dos recursos físicos, financeiros e humanos utilizados; iv) das técnicas empreendidas (INCRA, 1997).

## 2 CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS<sup>2</sup>

### *ESCLARECIMENTOS*

Como se advertiu anteriormente, a primeira etapa deste trabalho propõe-se aferir as condições socioeconômicas do assentamento já indicado, apurando as peculiaridades dos sistemas de produção que o constituem. Esta tarefa foi realizada a partir da aplicação de questionários respondidos por dezenove famílias, entre um total de cinquenta e três.

Antes de expor as informações colhidas na pesquisa de campo, vale fazer algumas ressalvas. Os dezenove questionários não foram respondidos uniformemente e *dois* deles não foram considerados. Antes de elucidar a primeira circunstância, explique-se o porquê dos descartes. Um deles refere-se a uma família que possui apenas um membro ocupado com atividades agrícolas. Tais atividades são desenvolvidas numa área bastante pequena, de 0,43 hectare, que não é da propriedade da família, mas de um parente. Dadas tais circunstâncias, não surpreende o fato de a maior parte da renda advir de outra fonte que não a agricultura – a aposentadoria.

O segundo descarte relaciona-se a uma família constituída por apenas um casal, cuja renda originava-se essencialmente de aposentadoria; a área explorada pertencia a um parente, o filho desse casal, absorvido por uma ocupação exterior à sua propriedade. Portanto, o que se observa neste e no outro caso, é o pouco envolvimento com as atividades agrícolas, no sentido de que elas não constituem uma fonte de renda relevante para a sobrevivência da família.

Apesar dos descartes, a amostra abarca 32% da população estudada. Entre os dezessete questionários aproveitados, como já se ressaltou, não houve uniformidade na obtenção das respostas. A amostra foi seccionada, então, em três grupos. Num deles, foram aproveitadas as respostas dos dezessete entrevistados; tais respostas referem-se às seguintes questões: **5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.**

---

<sup>2</sup> Seguindo a metodologia já explicitada, o termo *sistema produtivo* refere-se ao lote e não a todo assentamento, uma vez que não existe uma área explorada de forma coletiva, além de ser escasso o trabalho em conjunto entre as famílias assentadas.



Num segundo grupo, o aproveitamento abrangeu dezesseis entrevistados; as respostas consideradas relacionaram-se à sexta questão. No terceiro, foram aproveitadas somente as respostas de dez questionários; as questões consideradas foram: **1, 2, 3, 4, 14 e 15.**

Esclarecidas as circunstâncias acerca dos problemas tocantes ao aproveitamento dos questionários, cabe passar à sua análise. As questões encontram-se agrupadas segundo tópicos que refletem os diversos aspectos dos sistemas de produção familiares. Desta forma, não necessariamente estão distribuídas na mesma ordem que prevaleceu no questionário.

#### *ESTRUTURA FAMILIAR*

- *Questão 1: Quantas famílias moram na casa ?*

Neste estudo considera-se família um agrupamento de pessoas que, além de compartilhar um mesmo domicílio, mantêm entre si laços de dependência econômica. Trata-se do conceito de família extensa, utilizado pelo Projeto Rurbano<sup>3</sup> por permitir uma melhor investigação das atividades econômicas da família rural do que os conceitos de família e domicílio da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio). Assim, formam a família a “...unidade nuclear (casal e parentes que não constituem outro casal), todos os parentes (mesmo que formem outro casal) e os agregados [desde que todos estes compartilhem um mesmo domicílio e sejam dependentes entre si economicamente].” (COUTO FILHO apud COUTO, 1996, p. 23)

Nos domicílios pesquisados não se encontrou um caso exatamente idêntico ao do conceito de família extensa. Todos os domicílios abrigavam não mais que uma família nuclear – um casal, filhos e outros parentes que não constituem outro casal.

---

<sup>3</sup> Coordenado por Graziano da Silva, o Projeto Rurbano pesquisa, basicamente, a relevância econômica das atividades não-agrícolas para as famílias rurais brasileiras.

- *Questão 2: Quantas pessoas formam a família?*

Entre as famílias<sup>4</sup> apreciadas nesta questão, apenas uma não continha um casal - o chefe da família era uma mulher. Os outros componentes eram preponderantemente filhos; uma menor parte formava-se de outros parentes (dois sobrinhos, três netos, uma cunhada) e não foram encontrados agregados. Abaixo, a tabela com os percentuais por idade e a frequência absoluta dos membros familiares.

- *Tabela – 1*

*Frequência por faixa etária dos membros familiares - 2000*

	Cônjuges	Chefe de Família Solteiro (a)	Filhos	Filhas	Outros Parentes	Total	Percentual por Idade
0 a 9	-	-	8	7	3	18	29%
10 a 14	-	-	6	6	2	14	22%
15 a 20	-	-	3	6	1	10	16%
Mais de 20	18	1	1	1	-	21	33%
Total	18	1	18	20	6	63	100%

Fonte: Pesquisa de campo

A maioria das famílias compõe-se de quatro ou cinco pessoas. O tamanho médio, contudo, difere do mais freqüente; a média de pessoas por família foi 6,5. Trata-se de uma estrutura familiar mais exígua que a observada na monografia de AZIZ (1995), que pesquisou o assentamento há cinco anos. Neste trabalho, as famílias compunham-se, no mínimo e não em média, de sete pessoas.

<sup>4</sup> Lembre-se que a amostra compõe-se de dez famílias para os dados relacionados aos tópicos: *Estrutura Familiar, Especificidades da Força de Trabalho e Opinião dos Entrevistados acerca de suas Atividades Agrícolas* – ver p. 3 e 4.

• *Questão 3: Quantas pessoas trabalham sempre na roça?*

Nesta questão busca-se apurar o perfil daqueles que freqüentemente labutam na propriedade<sup>5</sup> da família entrevistada. Não se observou a existência de empregados, o que resulta numa mão-de-obra permanente composta apenas por familiares. Naturalmente, o número de pessoas aqui encontrado é inferior ao visto no tópico *Estrutura Familiar*, uma vez que nem todos os membros da família trabalham em seus terrenos de forma habitual e não existem empregados permanentes.

Verificou-se que a maior parte dos trabalhadores familiares, 67%, é do sexo masculino. Caso se considerem exclusivamente as pessoas com mais de 20 anos, há quase um equilíbrio na presença de homens (9) e mulheres (8) – ver *Tabela 2* na próxima página. Este último contexto aproxima-se mais da realidade observada pelo trabalho de Aziz (1995, p. 41), mencionado anteriormente. De acordo com a autora, “as mulheres... estão presentes na atividade agrícola na mesma proporção que os homens, se não em maior número.”

No que se refere à jornada de trabalho, nota-se que a maior parte dos integrantes da amostra trabalha apenas um turno por dia nos sistemas produtivos; 90% das famílias que concederam esta informação dispõem em suas terras somente uma parte do dia, normalmente a manhã.

Na divisão por faixa etária, aquela que concentra o maior número de pessoas, cerca de 52%, abarca os que têm mais de 20 anos. Aqueles com até esta idade, formam aproximadamente 48% da mão-de-obra familiar permanente.

A respeito da escolaridade dos trabalhadores agrícolas, os melhores resultados observam-se entre os mais jovens. De todos os agricultores, 73% possuem o primeiro grau incompleto – o

---

<sup>5</sup> Embora venha a se tornar comum o texto referir-se às terras do assentamento como sendo propriedades das famílias que as exploram, é preciso não esquecer de que as mesmas não possuem ainda o título de propriedade dessas terras, mas apenas o direito de explorá-las temporariamente.

mais alto nível de escolaridade encontrado – e o restante não estudou. Neste último grupo, predominam aqueles com mais de 20 anos. Considerando exclusivamente as pessoas dessa faixa etária, observa-se que 47% não freqüentaram a escola. Já para aqueles com menos de 20 anos, o percentual dos que nunca foram à escola não passa de 6,25%.

A escolaridade difere não só por faixa etária, mas também por sexo. Entre as mulheres com menos de 20 anos, 100% possuem o 1º grau incompleto (g.i.). Tal percentual cai para 92,3% quando se trata dos homens nesse mesmo limite de idade. Para as mulheres com mais de 20 anos, a parcela daquelas com 1º g.i. chega a 62,5%, enquanto entre os homens com esta mesma idade, apenas 44,4% possuem o 1º g.i. .

• **Tabela - 2**

*Escolaridade por faixa etária e sexo, da mão-de-obra agrícola familiar – 2000*

	Não freqüentou escola		1º grau incompleto		Total
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
0 a 20	-	1	3	12	16
Mais de 20	3	5	5	4	17
Total	3	6	8	16	33

Fonte: Pesquisa de campo

• *Questão 4: Quantas pessoas trabalham de vez em quando na roça?*

Encontrou-se um pequeno contingente de pessoas inclusas na categoria de trabalhador temporário – apenas 8 pessoas. Entre os inclusos, preponderam aqueles que não pertencem ao círculo familiar e cuja contratação ocorre apenas de forma esporádica; cinco casos enquadraram-se nesta situação e os demais são membros da família.

## RECURSOS FÍSICOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

- *Questão 6: Qual o tamanho da roça ? Foi feita alguma construção nela? Quais os instrumentos de trabalho lá usados?*

Os questionários revelam sistemas produtivos de pequenas dimensões; o terreno mais comum, por exemplo, possui apenas 1,74 hectares. Já a área média tem 3,1 hectares, algo próximo ao dobro da dimensão mais freqüente; o maior lote da amostra, por sua vez, possui 10,87 hectares. Verifica-se, assim, que não há uma uniformidade de tamanho entre os sistemas produtivos<sup>6</sup>. Abaixo, uma tabela discernindo o número de propriedades por intervalo de tamanho.

### • *Tabela - 3*

#### *Freqüência das unidades produtivas por tamanho – hectare - 2000*

Tamanho	Freqüência
Menos de 2 ha	8
2 a 4 ha	5
Mais de 4 ha	3

Fonte: Pesquisa de campo

No que se refere à existência de benfeitorias, ao uso de insumos e meios de produção, as respostas foram separadas em duas categorias:

- 1<sup>a</sup>) inexistência de benfeitorias e agroquímicos; uso de instrumentos simples;
- 2<sup>a</sup>) inexistência de benfeitorias; uso de instrumentos simples e de agroquímicos.

---

<sup>6</sup> Participei de uma reunião da associação dos assentados (Associação dos Lavradores da Fazenda Gericó - ALFAGE). Nesta reunião comentou-se que a área do sistema produtivo era determinada pela capacidade da família de cuidá-la, e a própria família era quem declarava sua capacidade; entenda-se por capacidade a mão-de-obra familiar disponível, ou seja, o número de familiares e, principalmente, a disponibilidade de cada um deles para trabalhar nas terras da família.

Na primeira categoria encontram-se quatorze famílias e na segunda, somente duas. Todavia, estas últimas afirmaram que os demais membros da comunidade usavam assiduamente uma determinada espécie de agroquímico – por conta da incidência de formigas nas plantações – e não representavam, portanto, uma exceção no manejo deste tipo de recurso.

As informações levantadas nesta questão demonstram que entre o trabalho de Aziz (1995, p. 41) e esta pesquisa não houve qualquer mudança nas técnicas de produção do assentamento sob análise. Já naquele estudo ponderou-se que as famílias desse local “ainda utilizam técnicas rudimentares de cultivo, como as queimadas e a aplicação indiscriminada de veneno para formiga.”

#### *FORMAS DE ASSOCIATIVISMO*

- *Questão 5: Vocês trabalham em conjunto com outras famílias?*

O mutirão é empreendido por uma pequena quantidade de famílias. De um total de dezessete, apenas cinco o fazem. Esta circunstância pode guardar alguma relação com as respostas da quarta questão. A escassa ocorrência do trabalho coletivo, possivelmente, induz à necessidade de se demandar mão-de-obra temporária, ainda que em pequena escala.

- *Questão 7: Vocês vendem para a fábrica de doces ?*

A única instalação de beneficiamento da produção agrícola pertencente aos agricultores que compõem o assentamento pesquisado é uma fábrica<sup>7</sup> de doces que absorve somente uma pequena parcela da produção dos mesmos. Verificou-se que 82% dos entrevistados não vendem qualquer produto para esta fábrica. Alguns reclamaram da falta de outros tipos de unidades de processamento, como: i) uma casa de farinha mecanizada; ii) um moinho, onde seria processado o milho. Isto sugere um problema de inadequação da unidade de

---

<sup>7</sup> A fábrica pertence à ALFAGE e elabora somente um produto, o doce de banana.

beneficiamento, a fábrica de doces, às características e necessidades dos sistemas de produção em Gericó.

- *Questão 9 – Vocês participam da Associação dos Lavradores da Fazenda Gericó (ALFAGE)? Além dela participam de outra associação, cooperativa, sindicato,...?*

As respostas para o nono quesito distribuíram-se nas categorias e frequências explicitadas abaixo:

• **Tabela – 4**

*O Associativismo no Assentamento –2000*

Categorias	Frequência
Participa da ALFAGE e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro	10
Só participa da ALFAGE	4
Não participa de nada	3

Fonte: Pesquisa de campo

O quadro acima indica que as famílias do assentamento encontram-se unidas e organizadas. Isto porque boa parte delas envolve-se com a ALFAGE, enquanto um grupo menor, além de tal associação, participa do Sindicato de sua categoria. Há ainda um círculo menor, o menos representativo, que não participa de qualquer organização política ou comunitária.

No trabalho de Aziz (1995, p.40), os membros do assentamento encontravam-se igualmente organizados, coesos, e para tanto contribuiu a luta pela posse da terra, que se tornou a causa em torno da qual se uniram essas pessoas: “O conflito [pela permanência no assentamento] fortaleceu a organização das famílias, que criaram uma associação, a ALFAGE...”

Especificamente a respeito dos dados levantados na nona questão, algumas ressalvas devem ser feitas:

Na reunião da ALFAGE que participei, um assunto muito discutido foi o grande número de inadimplentes da associação, o que estava comprometendo, inclusive, o pagamento do advogado que acompanha a questão judicial acerca da propriedade das terras do assentamento. Este fato, portanto, põe em dúvida o grau de coesão da comunidade que transparece dos resultados apurados pela nona pergunta.

Registre-se ainda que uma das famílias entrevistadas declarou que a maioria dos seus vizinhos não tinha qualquer contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, o que os deixava sem garantia pecuniária no caso de um acidente de trabalho e quando se aproximasse o fim da vida economicamente ativa. Este relato mostra também um contexto distinto do sugerido pelas respostas da nona questão.

#### *APOIO INSTITUCIONAL EXTERNO*

- *Questão 8: Vocês recebem algum apoio governamental, ou de uma ONG, ou outra instituição qualquer sem fins lucrativos?*

Neste quesito configuraram-se duas categorias:

- 1ª ) Além da ALFAGE, há um outro vínculo com órgão(s) da sociedade civil e/ou setor público
- 2ª ) Exceto a ALFAGE, não há um vínculo com qualquer órgão(s) da sociedade civil e/ou setor público

Apenas uma família enquadrou-se na primeira alternativa, a qual afirmou ser apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro. As outras dezesseis concentraram-se na segunda alternativa, o que demonstra ser o assentamento destituído de qualquer serviço de apoio à produção agrícola (crédito, orientação agronômica, etc.).



O único apoio institucional recebido pelos assentados que ainda vigorava na época da pesquisa de campo, era um investimento do Governo Estadual e da Prefeitura de Santo Amaro que possibilitou a construção e o funcionamento de uma fábrica de doces. O fato dos entrevistados não reconhecerem a fábrica como um auxílio governamental a sua produção, possivelmente resulta do fato de tal unidade de beneficiamento absorver os produtos de somente 18% da amostra.

#### *QUADRO DE PRODUTOS PARA O AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO*

##### • *Questão 10 – Produção para autoconsumo*

A variedade de produtos para autoconsumo mostrou-se bastante extensa. Nos dezessete questionários analisados, encontrou-se um total de trinta produtos. Observando-se a produção por família, percebe-se que cada uma produz em média cerca de sete produtos para seu consumo. Abaixo, as tabelas relacionam os produtos para o autoconsumo e o número de famílias que os produzem.

##### • *Tabela – 5*

###### *Produtos para o autoconsumo e número de famílias que os cultivam - 2000*

Produto	Banana	Aipim	Milho	Quiabo	Feijão	Acerola	Mandioca	Mamão	Cana	Pimenta
Número de Famílias	17	11	8	8	7	7	6	6	6	4

Produto	Hortelã	Laranja	Coco	Abóbora	Coentro	Limão	Cajá	Farinha <sup>8</sup>	Jamelão	Graviola
Número de Famílias	3	3	3	3	2	2	2	2	1	1

<sup>8</sup> As unidades de processamento voltadas para a produção de farinha localizam-se próximas ao assentamento em pauta, mas diferentemente da comentada fábrica de doces, não são propriedades da ALFAGE.



O fato da maior parte das famílias comercializar a banana não endossa a hipótese formulada anteriormente de que a fábrica de doces é inadequada às características dos sistemas produtivos; isto porque o principal insumo de tal unidade de beneficiamento consiste, justamente, no produto mais cultivados pelos agricultores. A pequena demanda da fábrica pela produção dos assentados requer, portanto, uma outra explicação que a pesquisa de campo não pode fornecer – vale esclarecer que a fábrica só absorve a produção agrícola do assentamento.

#### *CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO*

- *Questão 11 – A quem se vende ?*

As formas de comercialização apuradas foram divididas em três categorias, como se vê na tabela abaixo:

- ***Tabela 7***

#### *Canais de comercialização - 2000*

Categories	Frequência
Vende-se a um intermediário e/ou à própria comunidade	7
Vende-se em feiras e/ ou a um intermediário	9
Vende-se a uma usina	1

Fonte: Pesquisa de Campo

Os números apresentados pela *Tabela 7* revelam que os canais de escoamento da produção agrícola restringem-se quase totalmente às feiras-livres; quando não se comercializa nestes locais, vende-se a um intermediário que, por sua vez, negocia o que comprou nas feiras.

Vale esclarecer algumas características do intermediário, presente na sétima tabela. De acordo com um entrevistado, trata-se geralmente de um agricultor do próprio assentamento que devido à sua exígua produção, compra dos outros assentados uma parte do que produzem no

intuito de acumular uma quantidade maior de mercadorias para vender na feira-livre. Há também a possibilidade de o intermediário não pertencer à comunidade de produtores do assentamento, mas adquirir da mesma os produtos que costuma vender nas feiras-livres de Santo Amaro e das cidades circunvizinhas (Cachoeira, Saubara, Feira de Santana, etc.)

#### *ORIGEM PRINCIPAL DA RENDA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS DA FAMÍLIA*

- *Questão 12 – A maior parte da renda vem de:*
- *Questão 13 – Atividades não agrícolas:*

A principal fonte de renda monetária e as atividades não agrícolas foram abordadas respectivamente, nas questões doze e treze. As informações dos questionários apontam para o fato de que a maior parte da receita familiar não decorre do trabalho agrícola nos lotes do assentamento. Dez entrevistados inserem-se nesta situação, enquanto os outros sete extraem de suas terras a maior parte dos recursos que irão compor o orçamento familiar.

Ressalte-se que os resultados acerca da fonte de renda principal diferem sobremaneira daqueles observados na pesquisa de Aziz (1995, p.51). Nesta concluiu-se que “68% das famílias da amostra tiram a maior parte de seu sustento da atividade agrícola [empreendida em sua propriedade]...”.

Das sete famílias que vivem essencialmente da produção de suas propriedades, somente três declararam não ter outra fonte de renda. Uma revelou incrementar sua renda com um ponto comercial (um bar). As outras três afirmaram complementar o orçamento familiar com outras ocupações que se caracterizam pela eventualidade de sua realização, por não se enquadrarem às regulamentações institucionais de natureza fiscal, trabalhista, ou de outra espécie; a partir daqui, tais atividades serão denominadas de *eventuais*.

Considerando todas as famílias investigadas nas questões doze e treze, inclusive aquelas cuja maior fonte de renda não provém de suas terras, 41% possuem algum membro inserido numa

atividade eventual. Esta atividade assume as seguintes formas: i) trabalhador da construção civil; ii) vendedor; iii) trabalhador agrícola nas propriedades próximas a Santo Amaro; iv) extrativista; v) trabalhador de serviços pessoais (costureira, empregada doméstica); vi) trabalhador braçal sem especificação.

O extrativismo, juntamente com o trabalho nos estabelecimentos agrícolas vizinhos, foram os mais freqüentes. A respeito do primeiro, deve-se colocar que ele processa-se em duas etapas. A primeira consiste na coleta de frutas (cajá, jenipapo, goiaba, etc.) ou de uma erva daninha (tiririca). Já na segunda, comercializam-se os vegetais coletados.

Em relação àquelas famílias cuja maior parte dos rendimentos não resulta do uso de suas terras, definiram-se três categorias para classificá-las. Tais categorias, assim como suas freqüências, encontram-se explicitadas na tabela a seguir:

• **Tabela – 8**

*Fontes de Renda Exterior aos Lotes - 2000*

Categorias	Freqüência
Trabalho Eventual e/ou trabalho doméstico	3
Trabalho Eventual e Aposentadoria (ou Pensão)	4
Aposentadoria	3

Fonte: Pesquisa de campo

O quadro acima revela que as aposentadorias e pensões contribuem de modo significativo no conjunto das receitas familiares. Somando as três famílias que obtêm da aposentadoria a principal fonte de seus rendimentos com outras quatro cuja maior parcela da renda advêm do trabalho eventual e da aposentadoria (ou pensão), chega-se à constatação de que 41% das famílias alicerçam seus orçamentos nos recursos transferidos pela Previdência Social<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Pesquisas de campo do IPEA<sup>9</sup> nas regiões rurais do Sul e Nordeste revelam a intensidade do impacto dos benefícios previdenciários no espaço rural brasileiro. Naquela região, por exemplo, as famílias contempladas pelas transferências da Previdência possuem uma renda per capita média 15% superior a das famílias não

OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS ACERCA DE SUAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

- *Questão 14 – Por que a roça não dá mais dinheiro?*<sup>10</sup>
- *Questão 15 – O que ajudaria vocês a ganhar mais dinheiro com a roça?*

Nestes quesitos buscou-se extrair dos próprios entrevistados o diagnóstico de suas situações. Na questão quatorze, inquiriu-se acerca dos principais problemas de quem sobrevive, pelo menos em parte, como agricultor. As respostas agruparam-se nas seguintes categorias e freqüências:

• **Tabela – 9**

*Principais dificuldades do labor agrícola no assentamento - 2000*

Categoria	Freqüência
Não tem venda	4
Preço baixo	6
Insuficiência de recursos financeiros, técnicos, físicos	7
A renda não é permanente (pragas, intempéries, entressafras)	4

Fonte: Pesquisa de campo

Os dois primeiros atributos da *Tabela 9* podem estar refletindo os restritos e pouco rentáveis canais de escoamento da produção (feiras essencialmente; ver p. 14); mas há também a possibilidade de tais atributos estarem relacionados a um problema mais amplo, de insuficiência de demanda por essa produção; insuficiência esta, decorrente do nível de renda

---

contempladas. No Nordeste este percentual mais que duplica, chegando a 35,7%. Voltando as referências ao Sul do país, dentre as famílias que recebem recursos previdenciários, estes chegam a compor cerca de 45% da renda familiar total. Novamente no Nordeste este percentual é mais elevado, alcançando o patamar de 70,8%.

<sup>10</sup> Nas questões quatorze e quinze o somatório das freqüências das categorias diferirá do tamanho da amostra (10). Isto porque, no caso da questão quatorze, as famílias entrevistadas geralmente apontaram mais de um problema, os quais eventualmente pertencem a distintas categorias. Assim, uma só resposta pode abranger todas as categorias, o que torna o somatório das freqüências das categorias superior ao tamanho da amostra. Para a questão quinze, esta mesma circunstância se verifica.



## 2.1 ARQUÉTIPO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

### *Esclarecimentos*

No intuito de ampliar a compreensão das características dos sistemas de produção e, por conseguinte, das condições socioeconômicas do assentamento estudado, construiu-se um sistema de produção síntese de todos aqueles averiguados. Esta síntese foi construída a partir das categorias e circunstâncias mais frequentes, assim como dos valores médios mais representativos, encontrados na análise das informações colhidas na pesquisa de campo.

Paralelamente à elaboração do modelo de sistema de produção, expõe-se uma série de informações acerca dos estabelecimentos agrícolas da Bahia e do Brasil, no intuito de comparar as características prevalentes no assentamento aqui estudado com aquelas averiguadas no restante do país. Fazem-se também algumas referências à agricultura do Recôncavo e ao contexto dos outros assentamentos espalhados pelo Brasil.

### *Estrutura familiar e especificidades de sua força de trabalho*

O arquétipo dessa estrutura constitui uma família de seis<sup>11</sup> pessoas que ocupam um domicílio. Ao se observar o espaço rural brasileiro, encontra-se um número menor de pessoas num domicílio, em média 4,33 (IBGE, 1996). No domicílio rural baiano verifica-se uma média semelhante à brasileira, de 4,6 pessoas (Ibid, 1996). O modelo reporta-se, então, a uma estrutura familiar inflada, na medida em que supera as médias nacional e baiana de habitantes por domicílio – lembre-se que, pelo conceito de família extensa adotado neste estudo, um domicílio pode conter mais de uma família; isto não ocorreu com o arquétipo, porém as médias do IBGE eventualmente referem-se a mais de uma família extensa.

---

<sup>11</sup> A média de pessoas por família foi de 6,5. Como os valores modais encontram-se abaixo desta média (quatro e cinco), julgou-se mais coerente aproximar para seis e não para sete o porte familiar do arquétipo.



A família síntese, ou arquétípica, constitui-se de um casal e seus quatro filhos. Tal composição decorre, primeiro, do fato de as famílias que compuseram a amostra do estudo demográfico apresentarem um casal em sua estrutura, exceto uma cujo chefe era uma mulher. Segundo, excetuando-se os casais, os outros membros da família são preponderantemente filhos (somente 13,6% pertencem à categoria outros parentes).

Como entre os filhos 71% inserem-se nos primeiros intervalos de idade (0 a 9 e 10 a 14 anos), é razoável atribuir aos filhos da família modelo idades que correspondam aos limites e pontos médios desses intervalos. Ter-se-á, assim, a seguinte distribuição etária para os filhos: 1º ) quatro anos e seis meses; 2º ) nove anos; 3º ) doze anos; 4º ) quatorze anos.

Entre os seis membros da família, quatro labutam freqüentemente na terra que lhes pertence: o casal e os filhos mais velhos de doze e quatorze anos. Além destes, há um empregado que integra a força de trabalho, porém de modo esporádico. A mão-de-obra permanente manifesta, então, uma natureza eminentemente familiar. Este contexto é comum a 83,7% dos estabelecimentos agropecuários baianos, os quais se alicerçam no trabalho familiar, sem um único empregado contratado de forma permanente (IBGE, 1998).

Dos quatro agricultores familiares, aqueles com maior escolaridade possuem o primeiro grau incompleto. Pertencem a este grupo os mais jovens, de doze e quatorze anos. No casal, também a mulher chegou ao primeiro grau incompleto, enquanto seu cônjuge nunca freqüentou a escola. Nesta situação de total afastamento da escola, encontram-se 23% da população rural brasileira<sup>12</sup> (IBGE, 2000). No caso do meio rural baiano, a proporção de iletrados atinge um patamar mais elevado, cerca de 30% (Ibid, 2000). Já o contingente daqueles com primeiro grau incompleto, no Brasil e na Bahia rural, chega a 60% e 57%, respectivamente (Ibid, 2000). Deste quadro de escolaridade, ressalte-se por último a ínfima proporção de pessoas com primeiro grau completo, ou mais anos de estudo, que é zero entre os

---

<sup>12</sup> Na fonte indicada, aqueles que nunca freqüentaram a escola integram a categoria Sem Instrução e para aferir os que têm o primeiro grau incompleto, agregou-se o número de pessoas com até sete anos de estudo.

agricultores do arquétipo, e na população brasileira e baiana, não passa de 17% e 13%, respectivamente.

#### *Recursos físicos e técnicas de produção*

A propriedade modelo possui somente três hectares. Suas dimensões não diferem das observadas nos outros estabelecimentos agrícolas da região em que se encontra, o Recôncavo, onde predominam as propriedades de 0 a 1 hectare e 2 a 5 hectares (Mendonça, 1998, p. 27). Não só nesta região, mas em todo país e principalmente na Bahia, os pequenos lotes de terra preponderam. De todos os estabelecimentos agrícolas, 57,5 % têm menos de dez hectares nesse Estado, enquanto no Brasil este percentual mostra-se menor, em torno 49,7% (IBGE, 1998) - embora constituam maioria, as pequenas propriedades não concentram a maior parte da área explorada pela agropecuária; os lotes com menos de dez hectares abarcam 4,6% da área agrícola na Bahia e 2,3% no Brasil (Ibid, 1998).

As terras do arquétipo não dispõem de quaisquer benfeitorias. Os meios de produção utilizados são os mais elementares; consistem exclusivamente de instrumentos manuais, não havendo qualquer tipo de mecanização, mesmo de tração animal. O único agroquímico usado é uma espécie de veneno para formiga, manuseado sem qualquer orientação técnica.

#### *Apoio institucional externo (assistência técnica e crédito)*

Todas as etapas do processo produtivo no modelo encontram-se desprovidas de uma orientação técnica. Além da inexistência de tal assistência, verifica-se uma completa carência de crédito, seja para custeio, comercialização ou investimento. Este quadro de precárias condições de produção corrobora os resultados obtidos de um recenseamento realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa econômica Aplicada) acerca dos assentamentos existentes em todo o Brasil (David, 1998). Em relação à assistência técnica, preponderantemente prestada por órgãos governamentais, constataram-se distintas situações a depender da região do país. No Sul, em torno de 34% dos beneficiados afirmaram que o serviço era de boa qualidade. Já

no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a orientação técnica é um fato raro e, quando existente, de má qualidade.

A respeito do crédito, o recenseamento do IPEA não exhibe uma realidade menos débil. Afirma-se que a linha de financiamento governamental voltada especificamente para os assentamentos, o Programa de Crédito especial para Reforma Agrária (PROCERA), “não tem funcionado conforme a previsão, tanto para custeio, como para investimento...”(Ibid, 1998, p.30).

#### *Produção para autoconsumo e para comercialização*

Em relação à variedade da produção, se a finalidade é atender ao consumo da própria família síntese, sete produtos são cultivados<sup>13</sup>. Destes, três (milho, feijão, mandioca) fazem parte da lista do que se produz com mais frequência nos assentamentos brasileiros, de acordo com o já referido estudo do IPEA (Ibid, 1998). Tais produtos incluem-se também no rol das culturas que ocupam as maiores áreas colhidas no Recôncavo (IBGE apud Mendonça, 1998, p. 28).

Para fins de comercialização, a família-arquétipo cultiva dois produtos: banana e mamão. Nenhum destes insere-se nas duas listas mencionadas anteriormente - a de culturas mais frequentes nos assentamentos brasileiros e a de culturas que ocupam as maiores áreas colhidas do Recôncavo.

Ainda a respeito da produção comercializada, observa-se que as condições de escoamento da mesma comprimem a rentabilidade do lote modelo. Os produtos são vendidos a intermediários, que por sua vez, os revendem nas feiras-livres de Santo Amaro e das cidades vizinhas. A outra alternativa de comercialização consiste em não vender ao feirante, pois a própria família encaminha-se à feira para escoar sua produção.

---

<sup>13</sup> Banana, aipim, milho, quiabo, feijão, acerola, mandioca.

A comercialização da produção nos demais assentamentos do Brasil não diverge do explicitado acima. Segundo o recenseamento do IPEA, a produção dos assentados destina-se essencialmente a intermediários. O Sul representa a única exceção a esta regra, escoando a maior parte de sua produção para cooperativas, algo próximo a 30% (David, 1998). O Nordeste, por outro lado, não apenas segue a regra de vender mais para atravessadores, como também é a região que mais adota este destino a sua produção. Cerca de 60% do que os assentados nordestinos produzem dirige-se a intermediários (Ibid, 1998).

#### *Origem principal da renda e atividades não agrícolas da família*

A maior parte da renda monetária auferida pela família do modelo não provém da lida agrícola em sua terra, ou seja, dos rendimentos obtidos com a produção de banana e mamão; a principal fonte de remuneração associa-se, na verdade, às ocupações de caráter eventual em que se envolvem os quatro familiares economicamente ativos.

O chefe da família labuta como diarista nas propriedades próximas a Santo Amaro. Seu trabalho é de caráter temporário, o que lhe impele a migrar de um estabelecimento a outro, prestando serviços em períodos geralmente inferiores a doze meses, sempre excluído do amparo das leis trabalhistas. Sua jornada de trabalho normalmente oscila entre dois limites. Um deles inferior às quarenta horas semanais, permitindo-lhe aproveitar o restante do tempo para cuidar da propriedade familiar. O segundo limite, atinge ou ultrapassa as quarenta horas por semana, mas o trabalho com esta carga horária não perdura por muito tempo. Há também uma possibilidade, contudo mais remota, de o chefe da família permanecer por meses num trabalho com a carga horária de quarenta horas semanais, o que lhe possibilitaria trabalhar em sua terra apenas nos finais de semana.

O trabalho eventual dos outros membros da família consiste, por sua vez, em simples extrativismo. Geralmente, resume-se à coleta de uma erva daninha (tiririca) abundante nas matas próximas ao assentamento. Também ocasionalmente, coletam-se alguns frutos para serem vendidos na feira juntamente com o mamão e a banana produzidos em suas terras.

### 3 O DETERMINANTE FÍSICO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA GEOGRAFIA

Considerando critérios como topografia, vegetação natural e origem do solo, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) realizou uma classificação das terras do Nordeste, que insere Santo Amaro no espaço geográfico denominado de *Bacias Sedimentares*<sup>14</sup> – uma estreita faixa de terra que se estende do Recôncavo Baiano ao extremo sul do Ceará. Este espaço subdivide-se, por sua vez, em várias outras unidades menores, cada uma com certa peculiaridade na combinação de relevo, solo e vegetação (Silva, 1993).

Numa das subdivisões, Santo Amaro aparece na *Bacia do Recôncavo Baiano*, caracterizada pelo clima quente e chuvoso, pela qualidade da água subterrânea geralmente boa ou regular e também por solos de baixa fertilidade natural, “exceto pequenas áreas no extremo sul, que são ocupadas por solos férteis (“massapês”).” (Ibid, 1993, p.41)

Uma subdivisão ainda mais específica tem como limites os arredores do município há pouco citado; trata-se da unidade denominada *Massapês do Recôncavo Baiano – Região de Santo Amaro*. Esta microrregião geográfica é a que abrange, portanto, os sistemas produtivos aqui pesquisados (Ibid, 1993).

O clima da mencionada microrregião em nada difere do verificado na unidade maior que a compreende, a Bacia do Recôncavo. O tipo de solo que nomeia essa subunidade, o “massapê” (cientificamente, Vertissolos), e que se faz presente no Assentamento F. Gericó, caracteriza-se pela fertilidade natural alta, embora apresente o problema da baixa capacidade de drenagem. Quanto aos recursos hídricos subterrâneos, o potencial da microrregião é considerado alto.

---

<sup>14</sup> Ver em anexo

### *A geografia dos sistemas de produção*

As características do ambiente de Santo Amaro e, portanto, do assentamento, não oferecem grandes adversidades naturais a serem enfrentadas pelos produtores de Gericó. O fato destes não possuírem quaisquer benfeitoria em seus lotes e de manusearem apenas instrumentos simples, sugere problemas com a drenagem de suas terras, de acordo com as circunstâncias climáticas e geológicas descritas. Entretanto, quando se perguntou (questão quatorze) quais as grandes dificuldades de sua lida agrícola, nenhum dos entrevistados referiu-se a terrenos inundados.

Considerando essa informação da pesquisa de campo e a descrição de um meio físico que não se mostra hostil às atividades agrícolas, outros fatores precisam vir à tona para explicar por que tão poucos produtos são comercializados (em média apenas três), e por que a maioria das famílias assentadas auferem a maior parte de sua renda de atividades empreendidas exteriormente a seus lotes.

Enfim, os aspectos que poderiam ser explicados por condicionantes naturais – a principal origem da renda familiar e a pequena diversidade produtiva dirigida ao mercado – não o foram até este ponto, mas falta ainda analisar um outro contexto ambiental moldado pela ação do homem. Disto trata a seção seguinte.

### 3.2 O PROBLEMA AMBIENTAL

Muito próximo aos sistemas produtivos pesquisados, encontra-se desativada a Cobrac, especializada na produção de lingotes de chumbo. As conseqüências ambientais da atividade desta unidade fabril são abordadas por Braga (1995, p. 11-12) em seu estudo sobre a contaminação de bovinos em Santo Amaro.

O referido autor relata que logo no início de seu funcionamento (década de 60), a Cobrac causou a morte de animais das áreas vizinhas, incitando o descontentamento da população local. Afirma-se também que uma pesquisa do Instituto de Química da UFBA, realizada em

1976, constatou que os níveis médios de chumbo nos pontos mais próximos à fábrica ultrapassavam sessenta vezes os valores recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde); para o cádmio, os níveis médios encontrados extrapolavam em mais de oito vezes os limites referendados pela mencionada instituição.

Braga (1995, p.12) coloca ainda que na época do seu estudo, havia “...cerca de 500.000 toneladas de escória contendo de 2 a 3% de chumbo, cádmio e outros componentes, depositados no pátio, solo e tanque de contenção da fábrica abandonada. Este material representa um alto risco para a população de Santo Amaro...”.

### *O problema ambiental segundo os assentados*

Nas entrevistas qualitativas realizadas com alguns dos assentados mais antigos na região, descobriu-se que a área onde se localizam os sistemas produtivos estudados, foi também afetada pelos efluentes da fábrica de chumbo. Vale ressaltar que as entrevistas não se propuseram a averiguar a situação atual do assentamento (o que se fez pelos questionários), e sim resgatar os acontecimentos passados que pudessem esclarecer as circunstâncias recentes. Disto decorre que as informações obtidas sobre a problemática ambiental referem-se ao período entre os anos sessenta e setenta; embora não se reportem a um contexto mais recente, tais depoimentos não devem ser considerados inúteis, na medida em que reforçam a possibilidade de existir outra carência no assentamento, a saber: terras saudáveis.

Conta-se que o terreno atualmente ocupado pelo assentamento pertenceu a um grande latifúndio (a Fazenda Gericó) dedicado, essencialmente, à cultura canavieira e à criação de gado bovino. Destas atividades, a primeira a definhar com o funcionamento da Cobrac (década de 60) é a pecuarista. Os animais, desde o início da operação dessa empresa, não resistiram à carga de efluentes e isto lembra o relato de Braga (1995, p. 11-12), descrito anteriormente.

Na plantação de cana-de-açúcar observa-se também um processo degenerativo, mas de natureza mais vagarosa. E se as atividades produtivas sofreram os impactos da poluição da fábrica de chumbo, o mesmo deveria acontecer com as famílias de trabalhadores do latifúndio.

Os reflexos na saúde humana do contato com altas concentrações de metais pesados, impeliu parte dos lavradores a sair do estabelecimento, abandonando seu emprego e moradia; *pari passu* e em sentido contrário a este fluxo migratório, novos contingentes de trabalhadores chegavam à grande propriedade, repondo a força de trabalho local. Este ciclo de abandono e renovação de mão-de-obra perduraria até meados da década de 70, quando a Cobrac adquire as terras do latifúndio.

### *O problema ambiental e os sistemas produtivos*

Levando em conta a proximidade dos estabelecimentos pesquisados com a desativada fábrica de chumbo, e o fato do mesmo localizar-se numa área outrora afetada pela ação poluente desta unidade fabril, é pertinente a hipótese de que a área do assentamento apresenta níveis de concentração de metais pesados acima dos limites permissíveis à produção agrícola.

Sendo plausível a suposição acima explicitada, cabe delinear as possíveis relações e conseqüências desta suposição com as condições socioeconômicas esmiuçadas no segundo capítulo.

Ao se apurar os recursos físicos e técnicos à disposição das unidades produtivas, constatou-se ser comum o manuseio de um agroquímico (veneno para formiga), sem a existência de qualquer assistência técnica orientando este manuseio. Esta circunstância, aliada à já referida possibilidade de contaminação, aponta o andamento de um processo de degradação crescente do solo.

As conseqüências do mencionado processo, aparentemente, não afetam ainda a rentabilidade dos sistemas do assentamento, uma vez que os entrevistados se queixam de problemas mais ligados à insuficiência de demanda do que de oferta, ou seja, as reclamações apontam mais em direção a um contexto em que o mercado consumidor não absorve, ou o faz em condições insatisfatórias, a produção dos sistemas produtivos.



Estes sistemas, como se observou no primeiro capítulo, não contavam com qualquer tipo de assistência técnica ou crédito para empreender suas atividades agrícolas; exceto a associação, ALFAGE, o único apoio de órgãos públicos ou privados sem fins lucrativos ainda disponível aos assentados, era o investimento do Governo Estadual numa unidade de beneficiamento que não envolvia boa parte dos lotes.

O quadro acima descrito poderia ser explicado da seguinte forma: por conta do assentamento localizar-se na região que herdou o passivo ambiental deixado pela Cobrac, ele não consegue atrair instituições públicas ou privadas para investir em sua produção agrícola. A distância destas instituições, por sua vez, esclareceria uma série de características dos sistemas produtivos: i) ausência de benfeitorias e uso indiscriminado de agroquímicos; ii) pouca diversidade produtiva voltada para a comercialização; iii) a principal fonte de renda de boa parte das famílias, não provêm do lote de terra.

Na verdade, não se pode explicar todas as características dos sistemas produtivos exclusivamente através da elucidada problemática ambiental; outras questões, como se verificará adiante, mostram-se relevantes para a compreensão de tais características. No entanto, não há com negar que a poluição da área do assentamento, ainda que suposta, repercute negativamente em sua agricultura, haja vista que o uso de terras saudáveis, insuspeitas de contaminação por substâncias nocivas à saúde humana, encontra-se entre os pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento de quaisquer atividades agrícolas.

## **4 O DETERMINANTE HISTÓRICO**

### *Esclarecimentos*

Há muitos anos os lavradores do Assentamento Fazenda Gericó habitam na área onde se localizam seus lotes. Partindo da hipótese de que este longo período de vivência no local constituiria um elemento importante na compreensão do quadro socioeconômico dos agricultores, realizaram-se quatro entrevistas com algumas das pessoas mais antigas da comunidade próxima ao assentamento, a qual congrega a maioria das famílias assentadas. Para que tais entrevistas tornem-se ainda mais esclarecedoras, elas são confrontadas com menções sucintas à História da produção de açúcar na Bahia e à História da atividade de subsistência no Brasil.

### **4.1 HISTÓRIA DOS ASSENTADOS**

#### *Aspectos gerais*

A época mais remota que se conseguiu alcançar com as entrevistas, foi a década de 30. A investigação partiu da citada década e prosseguiu até fins dos anos 80, porquanto a partir deste período já se conhece o andamento dos fatos que marcaram o Assentamento Fazenda Gericó.

Como se explicitou brevemente nos capítulos I e III, a área hoje ocupada pelos assentados integrava-se a uma grande propriedade, a Fazenda Gericó, cujas atividades principais concentravam-se na lavoura de cana-de-açúcar e na criação de gado bovino. A primeira atividade atendia à demanda das usinas próximas à Santo Amaro. O gado, por sua vez, voltava-se fundamentalmente à produção de leite; a carne era um produto comercializado numa escala menor, restrita basicamente aos trabalhadores da própria fazenda e das vizinhas.

### *Entre os anos 30 e 70*

Nos anos trinta, cerca de vinte famílias compunham a mão-de-obra permanente da fazenda. Todas habitavam nesse estabelecimento e aquelas que se dispunham ter sua própria plantação, exploravam no interior do mesmo, pequenas áreas de aproximadamente um (1) hectare. Cabe registrar que tais famílias labutavam também nas fazendas vizinhas, como forma de ampliar os recursos da família; este trabalho extra não ocorria nos períodos de colheita da cana, quando o contrário acontecia, ou seja, trabalhadores de outras propriedades somavam-se à mão-de-obra permanente local para colher a cana.

As características do regime de trabalho nos anos trinta, não se modificaram significativamente até meados da década de setenta. Essencialmente, trabalhava-se por moradia e, aos que se interessavam, por uma área onde se cultivava com fins de subsistência; exceto nos períodos de colheita, de um modo geral não se absorvia toda a jornada do trabalhador, permitindo-lhe trabalhar nos estabelecimentos próximos, freqüentemente o das usinas de açúcar.

Durante os cerca de quarenta anos referidos acima, a quantidade de famílias lavradoras na fazenda expandiu-se. Mesmo não havendo ocorrido um aumento da plantação de cana, ou da criação de gado, nem planos para tanto, ou qualquer outro fato que justificasse a necessidade de mais lavradores, um contingente crescente de pessoas incorporou-se à força de trabalho local. Tal circunstância realizou-se, a depreender-se dos relatos registrados, em decorrência do baixo custo de mão-de-obra, restrito basicamente à concessão de dois benefícios: o de moradia e cultivo na área do estabelecimento.

Para que se compreenda mais acuradamente o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho na Fazenda Gericó, vale explicitar mais detalhes desse processo. Assim, *pari passu* à chegada de novos braços, um outro contingente seguia o caminho inverso, geralmente os mais jovens, que se dirigiam a Salvador em busca de trabalhos mais remunerativos. Este último fluxo de mão-de-obra, a partir da década de sessenta, torna-se influenciado por motivos outros, além daquele há pouco esclarecido. Uma das novas influências, abordada desde o Capítulo III,

decorre das atividades da Cobrac e suas conseqüências danosas à saúde da população circunvizinha.

Apesar da poluição expurgar parte das famílias da fazenda, aquelas recém chegadas não apenas repunham, como ampliavam a mão-de-obra disponível local. Face a tal ampliação, a necessidade de força de trabalho acompanhava a trajetória descendente da produção de cana e da pecuária, ambas ocasionadas pelos efluentes da fábrica de chumbo. Logo, como conseqüência evidente desta situação, forma-se uma massa ociosa de lavradores no estabelecimento, no sentido de que a força de trabalho disponível superava numa escala crescente, as necessidades de seu uso.

Um dos entrevistados (M.P), quando perguntado se a mão-de-obra excedente preocupava, ou incomodava o proprietário da fazenda, respondeu com estas palavras: “ Não incomodava, não. Que ele não tinha trabalho prá dá ? ”. Um outro entrevistado (G.), para explicar o porquê desta situação, relatou como acontecia a contratação de lavradores nas propriedades da região: “Nós tinha um trabalho aqui, assim, nas fazenda: se eu tivesse a fazenda antigamente aqui, então eu fazia as casa; então você ia morar na minha casa com um pagamento. Sabe qual era o pagamento? Você tirar um dia na semana e me dar um dia toda semana de graça.”. Estas declarações justificam a hipótese levantada anteriormente, de que o aumento da oferta de trabalho, acompanhado da redução de sua necessidade, resultava do baixo custo desse insumo, num contexto em que as remunerações eram essencialmente em benefícios.

No caso do estabelecimento aqui estudado, como já se afirmou, trabalhava-se também por moradia e, aos que se interessavam, por um pequeno lote de terra (geralmente 1 hectare). Não necessariamente dedicava-se apenas um dia da semana à fazenda, principalmente no período de colheita da cana. A respeito de pagamento em numerário, as informações disponíveis atestam sua existência no período que antecede o funcionamento da fábrica de chumbo na região.

Como existia tempo disponível para desenvolver outras atividades, principalmente fora da fazenda, inúmeras eram as ocupações desempenhadas pelas famílias de trabalhadores. Havia o

tradicional trabalho nas propriedades vizinhas, especialmente a das usinas de açúcar, que remonta ao período mais antigo alcançado pelas entrevistas. Verificava-se também a pesca, o extrativismo nos manguezais da região, o emprego doméstico das mulheres em Santo Amaro; por fim, alguns trabalhavam na própria Cobrac.

### *Entre os anos 70 e 92*

Em meados da década de 70, a Cobrac adquire a Fazenda Gericó. A esta época, existia apenas uma das duas principais atividades do estabelecimento. A pecuária havia sido extinta pela relatada degradação ambiental, que prejudicou igualmente a lavoura canavieira, embora não a houvesse destruído.

Neste ponto, naturalmente emerge a dúvida: o que aconteceu com as famílias de trabalhadores? Um dos entrevistados (G.), respondeu que boa parte das famílias foi impelida a abandonar o terreno da fazenda e as que permaneceram passaram a ser pressionadas para aderir ao mesmo destino das primeiras. A partir deste período, começa a história da luta dessas famílias para habitar e, as vezes, cultivar essas terras que muitos ocuparam por longa data – dois entrevistados, por exemplo, desde os anos trinta trabalhavam nessas terras.

Entre meados dos anos setenta e fins do decênio seguinte, as famílias que permaneceram no terreno da antiga fazenda, não cederam às pressões da Cobrac para abandonar a área ou aceitar as indenizações oferecidas pelas casas onde habitavam. Neste ínterim, mais famílias passam a ocupar as terras em contenda.

Ao final da “década perdida”, exatamente em 1989, o litígio entre os posseiros desenvolve-se com um outro personagem: a Indústria Papel Santo Amaro S/A (INPASA), que havia arrendado o terreno da fábrica de chumbo. A partir daqui a história é conhecida (Aziz, 1995). Planejando expandir o plantio de bambu, a INPASA invadiu roças, aniquilou plantações, além de ameaçar moradores do local.

Ante as agressões enumeradas acima, metade das setenta famílias posseiras abandonou o local e aquelas que resistiram, foram violentamente expulsas dois anos depois (1991), por conta de uma decisão judicial favorável a outra parte do conflito. Já no ano seguinte (1992), entretanto, aqueles que haviam resistido, conseguiram reverter o primeiro parecer da Justiça e foram autorizados a retornar à sua área de residência e produção agrícola. Atualmente, cinquenta e três famílias mantêm plantações nessas terras, cuja propriedade ainda não foi decidida definitivamente pelos tribunais.

#### 4.2 AS ROÇAS E A SUBSISTÊNCIA NO BRASIL

Como se esclareceu anteriormente, o fim do estabelecimento agrícola ancorado nas plantações de cana-de-açúcar e na criação de gado bovino, não representou o desaparecimento das atividades agrícolas na área que o comportava. E isto ocorreu porque um elemento do antigo estabelecimento sobreviveu: a roça, o pequeno lote de terra com cerca de um (1) hectare explorado para o próprio consumo da família de trabalhadores.

A origem do assentamento estudado reside essencialmente na roça e também no espaço de moradia dos lavradores, ambos a própria moeda com que se adquiria a força de trabalho. A luta por esses espaços, por essa moeda, manteve os trabalhadores da antiga fazenda em seu terreno e o conjunto das roças remanescentes formou o embrião do que hoje se conhece como Assentamento Fazenda Gericó.

A formação do grupo de minifúndios em pauta, relaciona-se de modo muito próximo com as características da economia de subsistência analisada por Furtado (1989) desde o Brasil colonial até o início do século XX. Segundo o autor, o vasto território nacional contribuiu sobremaneira para a expansão desse espaço econômico, caracterizado pelos seguintes fatores: i) ritmo de atividade ditado pelo setor exportador demandante de seus produtos e recursos; ii) baixa densidade demográfica por conta das técnicas rudimentares de produção; iii) alta dispersão populacional decorrente, principalmente, do fato de a economia nacional não ser integrada; iv) estrutura fundiária concentrada; v) os minifúndios de subsistência, as roças, formavam a base do sistema.

Entre as características enumeradas acima, as duas últimas interessam, porquanto se aproximam do objeto de estudo deste trabalho. A respeito da estrutura fundiária, a paisagem da economia de subsistência assemelha-se a da região de Santo Amaro, onde predominam os grandes estabelecimentos (Pedrão, 1998) – neste aspecto, a referida região difere do quadro prevalecente no Recôncavo, onde os minifúndios são mais freqüentes, como se colocou na página 21.

Em relação aos minifúndios de autoconsumo, tanto nos quarenta anos abordados da Fazenda Gericó, como nos séculos em que se desenvolveu a economia de subsistência, eles desempenharam um papel significativo na absorção de força de trabalho e, por conseguinte, na reprodução de ambos os espaços produtivos. A respeito da economia de subsistência no Brasil, Furtado (1989) adverte que, embora houvesse a possibilidade de pagamento em numerário, a principal remuneração oferecida a quem se dispunha a labutar e habitar nos latifúndios, era o direito de cultivar uma área para o sustento da família.

O autor comenta ainda o interesse do latifundiário em manter em suas terras o maior número possível de famílias. Vale lembrar que na fazenda em Santo Amaro, observava-se um fenômeno semelhante. Apesar da contínua queda da produção de cana e leite (os produtos mais comercializados) e, conseqüentemente, do declínio da necessidade de mão-de-obra, mais pessoas incorporavam-se à força de trabalho local. Esta situação, de acordo com as entrevistas, “não incomodava” (M.P.) o proprietário do estabelecimento, haja vista o baixo custo do trabalho (o relato de G. sugere esta inferência).

Voltando à economia de subsistência brasileira, o intuito do latifundiário de concentrar a maior quantidade possível de mão-de-obra, justificava-se, primeiro, pela utilidade de dispor do número de trabalhadores suficiente, para suprir uma eventual necessidade de seu uso em maior escala. Esta colocação de Furtado (1989) poderia ser apropriada para compreender o estabelecimento canavieiro e pecuarista. Embora declinasse sua necessidade de mão-de-obra, na época de colheita da cana ampliava-se significativamente o uso desse insumo, o que auxilia entender porque “não incomodava” o fazendeiro, a elevação do número de famílias em suas terras.

Há mais um fator a esclarecer o afã do latifundiário da economia subsistente, em povoar seu terreno; diferentemente do primeiro, trata-se de um elemento político. No espaço de subsistência, o prestígio do latifundiário depende do tamanho do exército de trabalhadores que ele dispõe; por isto seu interesse em fixar o maior número de famílias em seu terreno. Neste aspecto particularmente, as entrevistas realizadas não permitem identificar uma semelhança entre o grande estabelecimento do setor subsistente e o estabelecimento canavieiro-pecuário.

Ao término desta seção, ressalte-se que não se pretendeu induzir a conclusão de que a fazenda canavieira-pecuária representava um sistema de subsistência. As colocações realizadas ressaltaram apenas a semelhança entre essa fazenda e o latifúndio do setor subsistente, no tocante à absorção de mão-de-obra. O fato daquela propriedade se especializar em dois produtos com fins eminentemente comerciais (cana-de-açúcar e leite), impede classificá-la como uma unidade do referido setor, mesmo levando em conta que os latifúndios da economia subsistente comercializam sua produção, numa intensidade de acordo com a época e a região consideradas.

#### 4.3 A ECONOMIA DO RECÔNCAVO

A possibilidade de formular uma analogia entre a Fazenda Gericó e a grande propriedade do espaço geoeconômico de subsistência, reflete a decadência da economia açucareira do Recôncavo e, por conseguinte, das unidades produtivas que a compõem – o caso da referida fazenda. Obviamente, que o início desta decadência não coincide com a época mais remota que se conseguiu alcançar com as entrevistas (anos 30). Quase três séculos antes, encerrava-se a ocupação holandesa no Brasil, juntamente com o monopólio da produção de açúcar; neste ponto, meados do século XVII, a rentabilidade da cultura canavieira no Recôncavo e outras regiões, ingressa num longo período de declínio. (Brandão, 1998; Furtado, 1989).

As últimas décadas do século XVIII (a partir de 1770) conferiram um certo alento à economia açucareira do Brasil, que se beneficiou da menor produção dos centros concorrentes na América Central (Furtado, 1989). Este período de expansão de lucratividade não se sustentou



no século seguinte, quando novos reveses afetaram a cultura canavieira do país (Brandão, 1998). As pressões contra o tráfico negreiro, a concorrência com o açúcar de beterraba, a proliferação dos engenhos (inclusive no Recôncavo), representaram alguns dos mencionados reveses; já o fluxo de mão-de-obra para as minas da Chapada Grande da Bahia e a demanda por este mesmo insumo proveniente da região Sul produtora de café, constituíram dificuldades específicas do setor açucareiro na Bahia.

A respeito das conseqüências dos fatos expostos no parágrafo anterior na produção baiana de açúcar, vale observar as seguintes passagens: “...a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo entre a abolição e a década de cinqüenta deste século [1950], o Recôncavo perdeu progressivamente sua importância econômica e política...” (Ibid, 1998, p. 34). Mais adiante, discorre-se sobre o último período de recuperação do setor açucareiro: “Uma nova breve fase de expansão da cana se instala pelos anos vinte deste século, mas a superprodução faz-se veículo da última e definitiva crise da velha produção de açúcar na Bahia.” (Ibid, 1998, p. 40).

O contexto de decadência da economia açucareira baiana, oferece uma explicação à semelhança na absorção de mão-de-obra entre a Fazenda Gericó e os latifúndios do setor de subsistência. Do lado da demanda de trabalho, os estabelecimentos canavieiros frágeis financeiramente precisavam absorver mão-de-obra barata, para manter um mínimo de lucratividade. Do lado da oferta de trabalho, a prostração econômica regional – decorrente da própria debilidade da economia açucareira – comprime os níveis de emprego e renda, impelindo a força de trabalho vender-se por uma remuneração em benefícios, da mesma forma como ocorria no espaço de subsistência.

Apesar da primeira metade do século XX assistir ao declínio econômico do Recôncavo, alguns fatos ocorridos já em meados deste período, em princípio, poderiam alterar essa trajetória de decadência. Desde fins dos anos quarenta, implantaram-se na região três grandes centros industriais. Primeiro, instala-se a Petrobrás e cerca de quinze anos depois, o Centro Industrial de Aratu (CIA), na parte norte da região. Na década de setenta surge o terceiro, congregando várias plantas industriais processadoras de alguns subprodutos oriundos da atividade da Petrobrás na região. (Ibid, 1998).

Os referidos centros industriais, no entanto, afetaram mais a economia de Salvador do que a do Recôncavo. O COPEC, assim como os outros dois centros, representaram projetos de industrialização “em que novas atividades se inserem praticamente sem articulação com a cultura e os processos econômicos tradicionais da região.” (Ibid, 1998, p. 46). Registre-se que esse caráter autárquico das mencionadas instalações industriais, aliado à política nacional de transportes, fomentou a estruturação de uma malha rodoviária em detrimento da antiga infraestrutura de transportes da região. Esta circunstância, entre outras implicações, fez com que produtores do Recôncavo perdessem seu principal mercado, Salvador, para outras regiões produtoras da Bahia e do Brasil (Ibid, 1998, p. 40, 46; Pedrão, 1998, p.222, 231).

A irrecuperável agroindústria canavieira e os fatos comentados acima condizem com um quadro de escassas oportunidades de trabalho. Isto parece claro quando Pedrão (1998) coloca que a ausência de dinamismo impeliu a emigração da população local, principalmente da mão-de-obra qualificada, o que penalizou ainda mais a economia da região. Este contexto sugestivo de escassez de empregos torna-se significativo para o entendimento da formação do assentamento, na medida em que ele pode ter sido um fator relevante na resistência das famílias em abandonarem a área do antigo estabelecimento canavieiro-pecuário, onde se encontravam suas habitações e seus espaços de produção de autoconsumo.

#### 4.4 OS SISTEMAS PRODUTIVOS E A ORIGEM DA ATIVIDADE DE SUBSISTÊNCIA

Não constitui exagero afirmar que os sistemas produtivos dissecados no segundo capítulo assemelham-se às roças dos trabalhadores da extinta Fazenda Gericó. Isto porque determinados aspectos daqueles sistemas indicam limitações de sua exploração comercial. Um de tais aspectos, por exemplo, consiste no fato da maioria dos assentados auferir a maior parte de seus rendimentos trabalhando em outras propriedades e desempenhando outras funções não-agrícolas.

Outro indicativo de que as atividades agrícolas não avançaram muito além dos limites da produção de autoconsumo encontram-se nas dimensões dos sistemas produtivos. O tamanho modal de tais sistemas é de 1,74 hectare; trata-se de uma área maior, mas não

substancialmente distinta, da verificada para os antigos minifúndios de subsistência, os quais, conforme as entrevistas, possuíam em torno de 1 hectare.

O grau de diversidade da produção comercializada dos sistemas produtivos também sugere a incipiência de sua exploração. Observou-se na pesquisa de campo, que em média se comercializam três produtos; o que existe de mais freqüente (a moda), no entanto, é vender-se apenas um produto.

As considerações de Wilkinson sobre a competitividade da agricultura familiar (1996, p.14 e 15), tornam mais compreensível a influência da exigüidade de espaço e variedade produtiva, na escala da produção comercial do assentamento. De acordo com o autor, os produtores familiares são polivalentes, produzem vários produtos, porque sua competitividade decorre das economias de escopo obtidas com esta polivalência.

A multiplicidade produtiva, que propicia as economias de escopo, requer a otimização da terra e trabalho marginais (Ibid, 1996, p.15). Em outras palavras, quanto mais os agricultores utilizarem suas terras e ampliarem sua jornada de trabalho, com o intuito de diversificar sua produção, maior será sua competitividade.

Voltando ao assentamento, cabe indagar se sistemas produtivos com áreas modal e média de 1,7 e 3,1 hectares, respectivamente, dispõem de terras marginais para serem otimizadas. É coerente afirmar que não dispõem, e a conseqüência disto, de acordo com as colocações de Wilkinson (1996, p. 14 e 15), é a falta de polivalência produtiva, o que realmente acontece nesses sistemas, com se explicitou há pouco. Seguindo novamente a linha de pensamento desse autor, conclui-se que esses sistemas não são competitivos, pois os mesmos não exibem a multiplicidade produtiva que propicia as economias de escopo necessárias à obtenção de competitividade.

Do exposto até aqui, depreende-se que determinadas características dos sistemas produtivos e suas implicações na competitividade dos mesmos, indicam que eles não ultrapassaram por completo os limites da agricultura de subsistência, que caracterizavam as roças dos

trabalhadores da fazenda canavieira-pecuária analisada neste capítulo. Desta forma, o assentamento reflete ainda a origem de sua formação, ao preservar características dessas roças, sobre as quais repousa o início de sua história.

## 5. O DETERMINANTE POLÍTICO-ECONÔMICO

### *Esclarecimentos*

Uma vez apresentadas as circunstâncias passadas, úteis à compreensão do assentamento, cabe discorrer sobre os fenômenos mais recentes e relevantes que influenciaram na conformação atual do mesmo. Novamente se trata aqui a economia do Recôncavo, restringindo a abordagem aos anos noventa. Este limite temporal permanece na explanação sobre as políticas agrícolas nacionais, o segundo viés explicativo do capítulo. Obviamente, ambos os fenômenos serão relacionados à estrutura produtiva evidenciada no começo do trabalho.

### 5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O SETOR AGRÍCOLA

Os anos noventa começam impondo diversas restrições à lucratividade do setor agrícola. Limitações decorrentes, fundamentalmente, do objetivo de controle dos preços internos, o que se fez via políticas antiinflacionárias heterodoxas, como o congelamento e tabelamento dos preços, inclusive agrícolas, juntamente com as facilidades de importação e o contrário com as exportações do setor (Paulillo, 1998, p. 21). Nesta época formava-se o Mercosul, que inundou o mercado brasileiro com produtos agrícolas das nações ligadas ao bloco; como se acrescentou a este fato a deterioração dos meios estatais de intervenção e regulação de preços no mercado, a renda agropecuária acompanhou o movimento declinante de preços do setor (Santos, 1999, p.8).

Com a depauperação do crédito governamental subsidiado, ocorrido ao longo da década de oitenta, os primeiros anos da decênio seguinte ampararam-se na Política Agrícola de Preços Mínimos (PAPM), o principal instrumento de política agrícola no período (Paulillo, 1998, p.21). Tal instrumento compunha-se de duas ações: as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). O primeiro consistia na compra dos excedentes de produção, aos preços estabelecidos antes do plantio; e o segundo, tratava-se do financiamento de estoques a curto prazo, com o fim de conceder ao produtor um maior poder de barganha (Rocha, 1997, p.42).

A PAMP pecou por contemplar um conjunto pequeno de produtos, relegando os demais à instabilidade de preços do mercado. A política revelou, ainda, um caráter imediatista, moldado pelas conjunturas políticas e econômicas emergentes, e isto, ao elevar os riscos de estocagem dos agentes privados, deprimia ao invés de apreciar, as cotações dos produtos contemplados (Paulillo, 1998, p. 22).

A segunda metade do decênio em pauta não apresentou alterações profundas na orientação da política agrícola nacional, vigente desde 1990. O embate entre os interesses do setor agrícola e as metas de estabilização econômica não só permaneceram, como se intensificaram, porquanto o novo ajuste macroeconômico implementado em meados da década, o Plano Real, exigiu um grande sacrifício da Agricultura. (Ibid, 1998, p. 24).

O aumento das importações agropecuárias, viabilizado pela política de valorização cambial (vigente até o início de 1999) e pela captação de recursos no exterior para regular a oferta interna de alguns produtos como milho, algodão e trigo, permitiu mais uma vez a administração dos preços agrícolas sem considerar o nível de renda dos produtores, mas apenas a contenção do processo inflacionário. (Ibid, 1998, p. 18, 19).

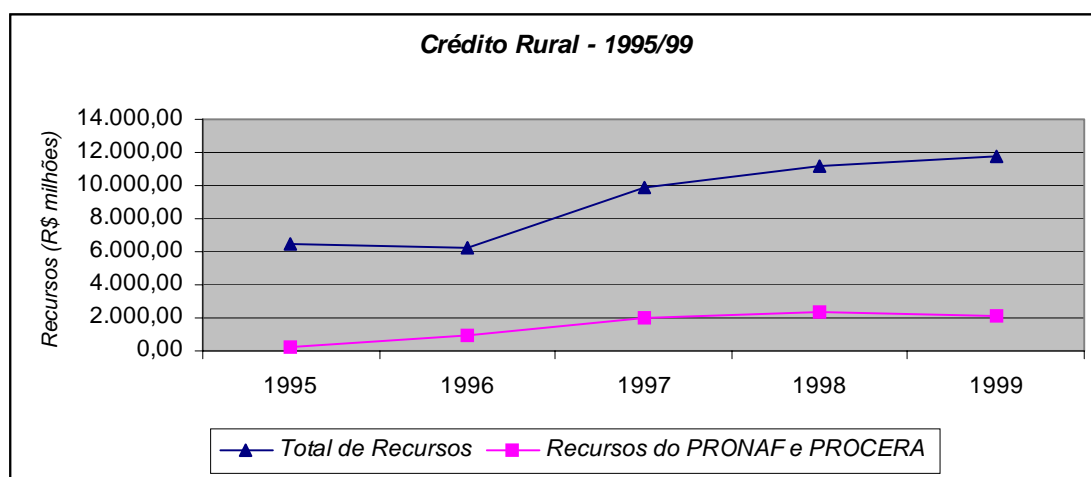
O elevado patamar em que se mantiveram os juros, ampliou as dificuldades de acesso ao crédito e as ocorrências de inadimplência entre os produtores (Ibid, 1998, p.19). No intuito de minorar as restrições creditícias, sem sacrificar a redução dos empréstimos subsidiados e facilidades fiscais, incrementaram-se novas formas de crédito via mercado de capitais; é sobre estas inovações financeiras que o Estado brasileiro tem procurado alicerçar o financiamento e a expansão agrícola. Embora tais fontes houvessem ampliado a quantidade de recursos externos dirigida à agricultura, não se pode afirmar que o setor se encontra mais capitalizado. A heterogeneidade das estruturas produtivas nacionais induz à concentração de recursos em parte delas; os setores exportadores, particularmente, têm sido os mais beneficiados. (Ibid, 1998, p. 24, 25, 27).

Para os agricultores dotados de menos recursos, o período referente ao novo ajuste macroeconômico reserva um certo alento. Enquanto aqueles mais capitalizados são impelidos

a buscar alternativas de crédito extra-governamentais, “os recursos a taxas de juros favorecidas têm sido direcionados à agricultura de baixa renda, através de Programas especiais, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)...” (Santiago e Silva, 1999, p. 60). Em relação ao PRONAF, por exemplo, quando de sua implantação (1995) contou com uma verba de R\$ 93,0 milhões; quatro anos depois, em 1999, a quantidade disponibilizada foi R\$ 1,9 bilhões, cerca de vinte vezes superior a do primeiro ano. O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), outra linha de crédito a juros favorecidos (desta vez aos assentados), viabilizou R\$ 108,9 milhões em 1995; em 1998<sup>15</sup>, estes recursos cresceram quase três vezes, alcançando R\$ 307,6 milhões.

Apesar do crescimento expressivo das linhas de financiamento explicitadas acima, deve-se observar que os produtores menos capitalizados ainda captam um percentual pequeno do crédito rural. No gráfico abaixo, a linha superior expõe o total deste crédito, enquanto a inferior revela o montante destinado aos produtores de menores recursos<sup>16</sup>.

• **Gráfico 1**



Fonte: Pesquisa direta <sup>17</sup>

<sup>15</sup> A partir de 1999 o crédito aos assentados ficou a cargo do PRONAF.

<sup>16</sup> O montante foi obtido pela soma das verbas do PRONAF e daquelas dirigidas aos assentamentos rurais.

<sup>17</sup> Os dados referentes aos recursos destinados à agricultura familiar e à reforma agrária foram obtidos da fonte: <http://www.incra.gov.br/reforma/balanco99/balanc99.htm>. Já as informações referentes ao total de recursos do crédito rural, foram obtidas da fonte: <http://www.agricultura.gov.br/estatisticas/432.html>.

Cabe ponderar também se o financiamento dos agricultores de menor renda é realmente repassado “a taxas de juros favorecidas”, como colocam Santiago e Silva (1999, p.60). Na tabela abaixo observa-se que os juros cobrados aos agricultores familiares e aos demais produtores não diferem muito quando se trata de crédito a investimento; e mesmo em relação ao financiamento do custeio, essa diferença torna-se mais ampla apenas a partir da safra 1998/1999.

• **Tabela 11**

*Custo Nominal do Crédito de acordo com a categoria de produtor – 1995/2000*

		<i>1995/96</i>	<i>1996/97</i>	<i>1997/98</i>	<i>1998/99</i>	<i>1999/00</i>
<b>Agricultura Familiar</b>	<i>Custeio</i>	16%	9%	6,50%	5,75%	5,75%
	<i>Investimento (1)</i>	16%	9,25%	8.17%	8,32%	8,32%
<b>Demais Agricultores</b>	<i>Custeio/Investimento</i>	16%	12%	9,50%	8,75%	8,75%

Fonte: Banco Central do Brasil; Fundação Getúlio Vargas

## 5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SISTEMAS PRODUTIVOS

O exposto impele a constatação de que o contexto político dos anos noventa, especialmente, aquele direcionado ao setor agrícola, caracterizou-se por priorizar a estabilização de preços em detrimento da renda dos produtores, e por limitar o acesso destes aos recursos do Estado. Mesmo em relação aos agricultores de menor renda, tal acesso ainda se mostra restrito.

O entorno político apresentado não contradiz os dados do Censo Agropecuário 1995/96 (IBGE, 1998, p. 71, 97) e do Recenseamento dos Assentamentos no Brasil (David, 1998, p. 29 - 33). No primeiro, verifica-se que 81% dos 4.859.865 estabelecimentos agrícolas, não utilizam qualquer espécie de assistência técnica no manuseio de fertilizantes, controle de pragas e doenças – inclusive porque muitos não usam aqueles produtos e/ou não realizam esse controle. Quanto ao crédito, um contingente ainda maior, cerca de 95%, não dispunha do mesmo. Cabe esclarecer também que além de escasso o crédito é concentrado; 93,9 % das



unidades produtivas do país possuem até menos de 200 hectares (IBGE, 1998, p. 22) – o PRONAF atende aqueles cuja propriedade não ultrapassa os 200 hectares. Neste imenso contingente, porém, apenas 5 % dispunha de financiamento no período de referência do Censo Agropecuário (Ibid, 1998, p. 71).

O Recenseamento dos Assentamentos no Brasil (David, 1998, p. 29 - 33) não revela condições de produção melhores do que as descritas há pouco. No segundo capítulo, inclusive, discorreu-se sobre as informações desse Recenseamento. Explicitou-se que a assistência técnica nos assentamentos do país é um fato raro, e se existente, de má qualidade – a região Sul é uma exceção, onde 34% dos assentados consideram proveitosa a orientação técnica recebida. Sobre o financiamento voltado para os assentamentos, o PROCERA, a pesquisa do IPEA adverte que seu funcionamento não correspondeu às expectativas de atendimento às necessidades de custeio e investimento.

A referência aos assentamentos e aos demais estabelecimentos agrícolas, serve ao propósito de demonstrar que o objeto de estudo deste trabalho não constitui uma exceção à realidade desses estabelecimentos, no que tange a certas condições de produção, especificamente, assistência técnica e crédito; como já se esclareceu, estes dois serviços não foram encontrados pela pesquisa de campo. Portanto, assim como um grande número de unidades produtivas, o objeto de estudo reflete também a orientação das políticas públicas nos anos noventa, as quais diminuíram os instrumentos governamentais de incentivo ao setor agropecuário e não deram cabo das dificuldades de financiamento do pequeno produtor.

A ausência dos serviços de apoio à produção (orientação técnica e financiamento) relaciona-se com outras características dos sistemas produtivos. Exemplificando, a inexistência de benfeitorias em tais sistemas, o uso indiscriminado de agroquímicos, a pouca diversidade de produtos comercializados, a desmedida vulnerabilidade da renda oriunda da agricultura e as restritas formas de comercialização dos produtos (feiras essencialmente), devem se relacionar com a carência daqueles serviços. Tais ponderações sugerem a constatação, de que as políticas na década analisada refletem-se não só na referida carência, mas também nas explicitadas circunstâncias relacionadas a ela – esta argumentação, vale frisar, não pretende induzir a

conclusão de que somente um fator político explica os aspectos dos sistemas produtivos enumerados neste parágrafo.

### 5.3 O ENTORNO ECONÔMICO

Ao tratar do atual contexto socioeconômico do Recôncavo, Pedrão (1998) delinea um quadro de estagnação econômica e pobreza. De acordo com o autor, a maior parte da população desenvolve atividades em pequena escala, voltadas para o mercado de Salvador, principalmente; assim, uma das características econômicas da região, é o abastecimento dessa cidade e de Feira de Santana (outro grande mercado), de produtos de baixo valor agregado, como materiais de construção, aqueles oriundos do extrativismo vegetal, ou dos mangues.

Segmentando sua análise, Pedrão (1998) retrata um comércio pouco dinâmico, incapaz de absorver as produções agrícolas minifundiárias e as extrativistas; este comércio, juntamente com o mercado da periferia e dos grupos de baixa renda das duas cidades mencionadas acima, constituem um dos canais de escoamento da produção local; o autor identifica mais dois canais, um deles ligado a atividade industrial e de magnitude internacional, contudo estas outras vias de comércio não alteram o quadro geral das atividades produtivas da região, incapazes de induzir sua expansão econômica.

A falta de vigor econômico sujeita o Recôncavo à dependência de recursos gerados fora de seu espaço: “as atividades realizadas na região são insuficientes para responder pela renda disponível da sua população, mesmo nas atuais condições de pobreza. A região depende das transferências de recursos orçamentários às municipalidades e do mercado de Salvador, nele incluídas as remessas de dinheiro feitas de renda obtida fora por seus filhos...” (Pedrão, 1998, p. 227).

Limitando a análise econômica ao setor agropecuário, Couto Filho (2000, p. 183) observa primeiramente, que o Recôncavo<sup>18</sup> inclui-se entre as regiões que mais contribuíram para o

---

<sup>18</sup> O autor analisa o setor agropecuário baiano a partir de uma divisão do Estado em várias regiões, denominadas de Eixos. O Recôncavo compõe um de tais Eixos, nomeado de Grande Recôncavo.

desenvolvimento do mencionado setor na Bahia. Nos anos noventa, contudo, tanto aquela como as outras regiões dos produtos tradicionais, como o cacau, fumo e laranja, foram atingidas pelo processo de crise desses produtos e pela falta de desenvolvimento de outros mais rentáveis. Entre 1994 e 1997, o Eixo Grande Recôncavo apresentou uma taxa de crescimento anual do Valor Bruto da Produção Agrícola, inferior a média do estado. Num período mais amplo, iniciado em 1990 e finalizado igualmente em 1997, a taxa de crescimento anual da Área Plantada naquela região, superou a representativa de toda a Bahia, entretanto, encontrava-se ainda abaixo da taxa de crescimento apresentada nas regiões mais dinâmicas.

Entre 1994 e 1997, o Eixo Grande Recôncavo apresentou uma taxa de crescimento anual do Valor Bruto da Produção Agrícola (6,03%), inferior a média do Estado (7,42%). Num período mais amplo, iniciado em 1990 e finalizado igualmente em 1997, a taxa de crescimento anual da Área Plantada naquela região (1,84%), superou a representativa de toda a Bahia (0,97%), entretanto, encontrava-se ainda abaixo da taxa de crescimento apresentada nas regiões mais dinâmicas.

#### 5.4 O ENTORNO ECONÔMICO E OS SISTEMAS PRODUTIVOS

Uma das perguntas do questionário (a quatorze), apresentado no segundo capítulo, indaga qual as principais dificuldades das atividades agrícolas no assentamento. Entre as famílias inquiridas, a maior parte delas (59%) queixou-se da falta de vendas e/ou dos baixos preços obtidos quando se conseguia efetivar uma. Trata-se, aparentemente, de um problema de demanda, hipótese que se torna mais verossímil ao se considerar o comentado contexto de paralisia econômica do Recôncavo. As implicações de tal estagnação no nível de renda e emprego da região, podem ser as responsáveis pelas dificuldades dos assentados em vender seus produtos e/ou conseguir preços mais remunerativos; esta argumentação conforma-se, inclusive, com as referências de Pedrão (1998) ao frágil comércio desse espaço geográfico, que não absorve a produção agrícola minifundiária realizada em seu interior (ver p. 45).

Se o quadro econômico do Recôncavo afeta os rendimentos da agricultura no assentamento, como se expôs acima, então ele interfere também na estratégia das famílias de desempenhar

atividades fora de suas terras, as quais preenchem o vazio do orçamento familiar deixado pelos mencionados rendimentos.

O entorno econômico do assentamento reflete-se ainda nos tipos de ocupação não-agrícolas realizados pelos seus produtores. Tais ocupações foram encontradas nas seguintes formas: i) extrativista; ii) trabalhador da Construção Civil; iii) trabalhador de serviços pessoais (empregada doméstica e costureira); iv) vendedor; v) trabalhador braçal sem especificação (ver p. 16). Nota-se que, claramente, pelo menos três (i, ii e v) das cinco ocupações não-agrícolas descritas coadunam-se com as referências de Pedrão (1998, p.233) ao Recôncavo: “...a região tornara-se supridora de matéria-prima barata para a construção civil e para a produção de materiais de construção”. Este autor, com já se explanou neste capítulo (p. 45), coloca que uma das características econômicas da região é o fornecimento de produtos de baixo valor agregado, entre os quais os oriundos do extrativismo vegetal, ou dos mangues; recorde-se, então, que o primeiro tipo de extrativismo é o que se realiza pelos agricultores de Gericó (ver p. 16).

## 6 CONCLUSÃO

A respeito da mão-de-obra familiar presente nos sistemas produtivos do assentamento, percebem-se as seguintes características: i) 67% desta força de trabalho é masculina; ii) a escolaridade é baixíssima, não havendo ninguém com primeiro grau completo; iii) a escolaridade dos mais jovens é melhor que a dos adultos, haja vista que a maioria dos que não freqüentaram a escola têm mais de 20 anos; iv) a mão-de-obra permanente é familiar, enquanto na categoria temporária os empregados encontram-se em número muito superior aos familiares.

Acerca dos recursos físicos observados, predomina a escassez tanto de área como de benfeitorias e equipamentos. De fato, a área mais freqüente das propriedades não passa de dois hectares (1,74 ha) e a maioria dos entrevistados empreende sua lida agrícola com instrumentos de trabalho simples e sem benfeitorias em suas terras.

Quando se analisaram as formas de associativismo, observa-se que elas quase não existem. Primeiro, porque um número bastante pequeno de produtores realiza mutirão. Afora isto, a maioria (82%) não escoou sua produção para a unidade processadora da comunidade. O único dado positivo, que indica quatorze entre as dezessete pessoas da amostra participando da ALFAGE, pode estar superestimado, a julgar pela inadimplência de seus associados.

Quanto ao apoio institucional externo, este se resume aos valores da depreciação de um investimento que construiu uma fábrica de doces, que à primeira vista beneficia somente uma pequena parte da comunidade, pois só 18% dos participantes da amostra vendem para a fábrica.

O quadro de produtos comercializados e para autoconsumo revela, por sua vez, pouca diversidade em pelo menos um dos destinos da produção. Para fins de comercialização, a diversidade é ínfima, concentrando-se basicamente em apenas um produto ( a banana). Para o autoconsumo, entretanto, a produção é mais diversificada, tanto que em média cultivam-se sete culturas.

Acerca das condições de comercialização, nota-se uma restrição de canais de escoamento. Quando o produtor não comercializa sua produção nas feiras, vende a negociantes que, ou são produtores da própria comunidade, ou são também feirantes. Em outras palavras, as feiras-livres representam a única via de escoamento da produção.

Do que se expôs até aqui, não surpreende verificar que a principal fonte de renda da maioria dos entrevistados não provêm das atividades agrícolas. Percebe-se ainda que grande parte das famílias complementam a renda familiar com o extrativismo ou uma outra ocupação exterior ao assentamento.

As comentadas características dos sistemas produtivos estudados revelam uma agricultura, cuja produção comercial encontra diversas restrições. Estas são explicadas, em parte, pelo entorno físico do assentamento. Embora a fertilidade do solo e os índices pluviométricos da região favoreçam o labor agrícola, o impacto ambiental causado por uma unidade fabril próxima, certamente constitui uma restrição à exploração comercial da agricultura no local pesquisado.

No entanto, mister é abordar outras questões que não só as físicas. Uma delas é a própria origem deste espaço agrícola; origem esta, vinculada à produção de subsistência. E o que se observa é, a grosso modo, uma reprodução do passado, haja vista que a produção agrícola comercial do assentamento ainda é incipiente; isto pode ser verificado, entre outras formas, na exígua diversidade de produtos comercializados, a qual compromete a competitividade de um agricultura, como a que se estuda, de natureza familiar.

Por fim, deve-se avaliar os impactos dos contextos político e econômico nas características dos sistemas produtivos. O primeiro consiste, como se observou no quinto capítulo, no esvaziamento dos instrumentos de apoio governamental à agricultura, e aqueles restantes que passaram a enfatizar os produtores de menores recursos atingem, ainda, um contingente pequeno dos mesmos. Portanto, a ausência de crédito e assistência técnica e suas implicações nos outros aspectos da agricultura em Gericó – uso indiscriminado de agroquímicos, etc.; ver p. 44. – estão refletindo essa circunstância política.

Já o contexto econômico, ao referendar o problema da insuficiência de demanda pelos produtos do assentamento, torna-se mais um indicador da exiguidade da renda agrícola gerada no local. Assim, o entorno econômico auxilia a compreender por que as famílias desempenham atividades fora de suas terras; além disto, as próprias características desse contexto coadunam-se com os tipos de ocupação extra-assentamento, particularmente aquelas não agrícolas.

É desta forma que este trabalho identifica sistemas produtivos de exploração comercial ainda incipiente, o que torna a sobrevivência familiar significativamente dependente dos trabalhos extra-assentamento e da produção de autoconsumo. Esta circunstância, por sua vez, tem uma precedência histórica, já que a origem do assentamento repousa nas roças dos trabalhadores da extinta Fazenda Gericó, os quais, como os assentados pesquisados, desempenhavam outras atividades além daquelas realizadas em suas roças (onde produziam para o autoconsumo) e na citada fazenda. O fato dos atuais agricultores de Gericó ainda espelharem circunstâncias passadas deve-se, e esta foi a principal constatação desta monografia, a questões de ordem política, econômica e ambiental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZIZ, C. C. **O trabalho da mulher rural no contexto da agricultura familiar**: um estudo de caso. Salvador: UFBA/ FCE, 1995. 62p. (Monografia apresentada para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas da UFBA)

BRAGA, Jaqueline R. M. **Estudo Preliminar do Efeito Mutagênico do Chumbo e do Cádmio em Bovinos**: Salvador: UFBA/ IB, 1995. (Monografia apresentada para a conclusão do Curso de Ciências Biológicas da UFBA)

BRANDÃO, Maria A. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria A. (org). **Recôncavo da Bahia**: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 29 – 58.

COUTO FILHO, Vitor A. Agropecuária e Irrigação: algumas tendências. In: **Tendências da Economia Baiana**. Salvador, SEPLANTEC, p.177-197, 2000.

COUTO, Vitor A. O que é a família? . **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.6, n.1, p.21-27, jun. 1996.

DAVID, Maria B.A., WANIEZ, Philippe, BRUSTLEIN, Violette. **Situação Social Demográfica dos Beneficiários da Reforma Agrária**: Um Atlas. IPEA. Texto para Discussão, n. 548. Rio de Janeiro, mar. 1998.



FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Nacional, 1989.

IBGE. Contagem Populacional – 1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 07 de out. 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: Rede de Bibliotecas, 1998, n.1, p.1 – 366.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia Metodológico: Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Brasília, 1997.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. A agricultura e a agroindústria no Recôncavo. **Bahia Agrícola**, Salvador, SEAGRI/BIBLIOTECA, v.2, n.2, p. 23 – 29, mar. 1998

PEDRÃO, Fernando C. Novos Rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria A. (org). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 221 – 238.

PAULILLO, Luiz F., ALVES, Francisco. Crise Agrícola e Políticas Públicas: novos elementos para discussão. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.45, n. 2, p. 17 – 38, 1998.

ROCHA, Marina B. Agricultura, Política de Garantia de Preços Mínimos e Planos de Estabilização na década de 90. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.44, n. 1, p. 27 – 47, 1997.

PINHEIRO, Vinícius C., BRAGA, Ricardo J.. O Papel Social da Previdência no Brasil. **Informe da Previdência Social**, Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social, v.11, n.12, p.1-3, dez. 1999

SANTIAGO, Maura M.D., SILVA, Valquiria. A Política de Crédito Rural Brasileira e o Endividamento do Setor Agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.46 n. 2, p. 47– 69, 1999.

SANTOS, Ana L. C. Agricultura Familiar e Política Agrícola Pós Plano Real. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n.59, p.21-27, abr. 1999.

SILVA, Fernando B. R., et al. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste**: Diagnóstico do Quadro Natural e Agrossocioeconômico. Petrolina: CPATSA, 1993. v.1.

SILVA, Fernando B. R., et al. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste**: Diagnóstico do Quadro Natural e Agrossocioeconômico. Petrolina: CPATSA, 1993. v.2.

WILKINSON, John. A inovação organizacional é tão importante quanto a tecnológica. Salvador, UFBa/FCE, 1996. Entrevista a **Ops**.

ANEXO

**BACIAS SEDIMENTARES**

